

O clima ensolarado ainda inexplorado do país vai ao mercado com um primeiro leilão de 1,4 GW — o maior leilão de energia solar realizado em Portugal — e adivinham-se

já os custos a longo prazo para se atingirem metas de curto prazo. Embora o sistema de leilões em si tenha sido discutido entre Governo e regulador e, muito provavelmente, com os grandes atores da produção de energia em Portugal, nunca foi discutido com o próprio mercado. Certas questões, como o impacto da redução do retorno sobre o investimento no contexto de um mercado europeu muito competitivo e os custos a longo prazo para os consumidores, permanecem incertas.

Até recentemente, as licenças de projetos solares eram solicitadas diretamente à Direção-Geral de Energia e Geologia (DGE). Sem uma visão clara da capacidade real disponível na rede (não se compreende o secretismo das operadoras de rede e a passividade do regulador a este respeito), os investidores trabalhavam na obtenção da licença de produção com o risco de, no final do processo, não haver capacidade de ligação. Com o novo enquadramento legal, antes de se solicitar uma licença, é preciso ter um título de reserva de capacidade de conexão à rede. Este pode ser obtido de três maneiras: primeiro, por um contrato com um operador de rede (REN ou EDP Distribuição), nos locais onde haja capacidade disponível; segundo, onde não existe essa capacidade, por um contrato direto com um operador de rede, mas com o produtor a assumir os custos de ligação à rede; e, final-



FOTO D.R.

Para cumprir as metas em energia solar são precisos três ou quatro leilões

mente, através de um leilão, como o que está a decorrer este mês.

Essas mudanças, positivas, tiveram um efeito secundário nos atuais projetos em processo de obtenção de licenças. O Governo cancelou efetivamente esses processos, e os seus promotores precisam agora de participar no leilão se querem aproveitar o trabalho feito. O que significa correr o risco de perder uma licença de produção que antes dependia apenas da conclusão de trâmites administrativos. Não ficaram claros para os promotores destes projetos quais os critérios que levaram o Governo a levar a leilão nuns casos e a não levar noutros pontos de ligação em locais para os quais corriam processos de licenciamento em estado já muito avançado, pendentes apenas da própria licença de produção; nem como se selecionaram os processos aos quais foram atribuídas licenças

de produção dias antes da abertura do leilão.

O leilão em curso e os que se lhe seguirão nos próximos meses têm o potencial de aumentar a curto prazo o número de projetos a serem conectados à rede. Mas corremos o risco de que os títulos de reserva de capacidade sejam adjudicados com base nas tarifas baixas de hoje, não que não o sejam no futuro. Uma tarifa fixa agressiva (mais de 20% abaixo do atual preço de mercado) significa poupança imediata para os consumidores. Mas caso os preços de energia caiam nos 15 anos de duração das tarifas fixas garantidas, como muitos preveem, os produtores serão beneficiados e ficarão os consumidores com uma fatura pesada.

Por outro lado, este sistema de leilão leva os promotores a reduzir os seus custos, por força de uma redução no preço de venda da energia produzi-

da. Para cumprir as metas de 5 GW a 6 GW em energia solar estabelecidas pelo Governo, precisaríamos de pelo menos três ou quatro leilões. No entanto, muitos locais viáveis para projetos fotovoltaicos, sobretudo no Alentejo, não têm acesso à capacidade da rede nas suas proximidades. Cobrir a distância necessária para colocar esses locais na rede exige investimentos substanciais, elevando os custos do projeto em si. Isso é algo que pode dissuadir os investidores, quando combinado com condições de leilão destinadas a reduzir a rentabilidade do projeto. Embora a partilha de custos entre os operadores da rede e desenvolvedores possa ser uma forma de colmatar esta lacuna, conforme estabelecido na legislação agora revista, não estamos a atrair proativamente projetos para áreas de baixa densidade de rede.

Em última análise, embora o potencial esteja lá para colocar Portugal no mapa solar, o Governo passa a ideia de que consegue que os participantes do mercado compartilhem as suas margens com os consumidores, o que pode vir a não ser verdade e põe em risco a implantação das metas de produção de energia solar no nosso país. A menos que essas condições mudem para leilões futuros, a história pode repetir-se: não conseguirmos investimentos para o interior de Portugal, indo os consumidores arcar com os custos desta estratégia. Para todos os interessados, os documentos do concurso podem ser acedidos *online* em <https://leiloes-renovaveis.gov.pt/>. Preparem-se para ver regras e prazos draconianos para os promotores mais pequenos e que tenham de recorrer a financiamento para concorrer.